Prefeitura garante por mais 90 dias leitos de Covid-19 contratados no São Vicente

Date : 30-07-2021

Negociação feita entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Santa Casa de Misericórdia garantiu, até o dia 23 de outubro, a manutenção do funcionamento dos leitos do Hospital São Vicente de Paulo contratados pela Prefeitura de Vitória da Conquista para internação de pacientes com Covid-19.

No início do mês, a Santa Casa havia comunicado à SMS que não continuaria a prestar o serviço a partir do dia 23 de julho, quando o contrato se encerraria. A instituição filantrópica alegou dificuldades técnicas, operacionais e financeiras.

No dia 21, com a intermediação do Ministério Público, a Santa Casa de Misericórdia aceitou manter o serviço por mais 30 dias após o vencimento do contrato com a Prefeitura de Vitória da Conquista.

As negociações continuaram e em uma nova reunião, com a participação do Conselho Municipal de Saúde (CMS), na manhã de quarta-feira (28), a Prefeitura de Vitória da Conquista e a Santa Casa chegaram a um acordo e o contrato para internação de pacientes com Covid-19 no Hospital São Vicente foi prorrogado por 90 dias, com vigência até 23 de outubro.

Pelo acerto, a Prefeitura pagará R$ 480 mil pelos 20 leitos clínicos e o Governo Federal o mesmo valor pelos dez de leitos de UTI. Em relação aos termos anteriores, a mudança é que a Prefeitura passa a pagar 100% do valor, mesmo que não haja ocupação do leito. Antes, se o leito não fosse ocupado, a instituição receberia 70% do valor.

A nova forma de remuneração dos serviços aumenta as dificuldades financeiras da SMS, mas, segundo a secretária Ramona Cerqueira, o município levou em conta a emergência e a prioridade de atender à população que precisa do serviço. “Ainda estamos em uma fase preocupante da pandemia, mesmo que os índices de contaminação, internação e letalidade pela Covid-19 estejam em queda em Vitória da Conquista, não podemos deixar de prestar o serviço e internar quem adoece gravemente”, explica a secretária Ramona Cerqueira.

O reajuste se justifica porque no período de um ano, desde o início do contrato, houve aumento nos preços de insumos médicos, salários de profissionais de saúde e outros custos.